



O ENSINO DA ARTE URBANA E O DIREITO À CIDADE.

ARIADNE SILVEIRA TERRA; CLÁUDIA MARIZA MATTOS BRANDÃO²

¹*Ariadne Silveira Terra*1 – ariadnesterra@gmail.com

²*Cláudia Mariza Mattos Brandão* – attos@vetorial.net

1. INTRODUÇÃO

Ultimamente muito se tem indagado sobre como o passado é apresentado no presente e como ele pode ser apropriado, transformado e ressignificado, seja para o bem ou para o mal. Isso diz respeito a história pública comunitária e aos diferentes mecanismos e formas utilizados pelo Estado para naturalizar algumas questões ao longo da história. Criando relações entre nomes e fatos, a existência de alguns monumentos faz com que cotidianamente determinados valores sejam reafirmados a contrapelo dos habitantes que circulam através dos espaços urbanos contemporâneos, como uma tentativa nostálgica de resgate das grandes narrativas fundadoras, totalizantes e segregativas.

A frequente circulação de notícias sobre acontecimentos recentes de retirada ou derrubada de alguns monumentos inquietam alguns, porém, em nós os fatos instigam indagações: Qual será a parcela da população cidadina contemplada por esses monumentos? Quais são as motivações que subjazem a suas instalações?

Essas são questões que problematizam a aceitação comunitária tácita e a validação automática do patrimônio monumental e nos sugerem refletir sobre algo que consideramos fundamental: Quais são as histórias que queremos demarcar e narrar publicamente para as próximas gerações?

Buscamos pensar sobre o direito à cidade e o papel que as manifestações da arte urbana desempenham no processo de reivindicação desse direito. Trata-se de uma reflexão sobre a experiência de ser habitante da cidade de Pelotas (RS) e conviver com os resquícios de um passado colonial e seus valores eurocêntricos excludentes.

O trabalho relaciona-se ao projeto de extensão “PhotoGraphein Vai à Escola”, desenvolvido no âmbito do PhotoGraphein – Núcleo de Pesquisa em Fotografia e Educação, vinculado à bolsa PBA/Extensão/AAF. Ele visa problematizar o direito amplo ao convívio no espaço urbano, discutindo sobre as escritas urbanas como manifestações da arte contemporânea que se contrapõem à cultura hegemônica e suas narrativas. Objetiva-se também refletir sobre as possibilidades pedagógicas para abordagem do tema reverberando tal problemática em sala de aula de forma com que os alunos estabeleçam um diálogo com o urbano e o cotidiano de uma forma mais crítica.

2. METODOLOGIA

Escolhemos para esse trabalho analisar um fato ocorrido na cidade de Pelotas (RS), envolvendo a escultura do escritor Simões Lopes Neto, o qual atualiza discussões acerca de alguns monumentos e suas heranças/histórias coloniais. Dessa forma, com apoio de um referencial bibliográfico, analisamos os acontecimentos, que serão posteriormente desenvolvidos como conteúdo em um curso de formação continuada para professores da rede.

Trata-se da remoção de cerca de 63 famílias, moradoras da Ocupação Nova Coruja, no dia 23 de junho, uma área que foi ocupada nos últimos seis meses. O terreno, uma propriedade dos herdeiros da família Simões Lopes, estava abandonado há aproximadamente 50 anos e tinha se transformado num lixão (PATATT, 2020). Portanto, em plena pandemia, um momento em que os mais necessitados precisam de uma atenção especial, essas famílias não conseguiram ter assegurada nem as condições precárias de vida que tinham.

E foi nesse contexto sócio-histórico que os artistas urbanos pelotenses foram instigados a intervir no espaço, reivindicando atenção pública para um fato grave, sobre o qual muitos se calaram.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Séculos depois, a cidade, assim como tantas outras no país, é considerada praticamente como um museu a céu aberto, com reminiscências do seu período áureo, visíveis nos antigos casarões e monumentos. E essa memória é principalmente retroalimentada através dos discursos enraizados em uma parcela de seus cidadãos, reafirmando a demarcação clara das classes

sociais, inclusive na ocupação do espaço urbano, como se a cidade fosse murada, a exemplo das medievais, e existisse um “intramuros” e “extramuros”. Somos conscientes de que essa é a realidade de tantos outros espaços urbanos espalhados pelo país, porém, Pelotas é o nosso lugar, e convivemos constantemente com os “saudosistas” do apogeu econômico, seus hábitos e comportamentos, aqueles que procuram manter viva uma herança excludente e colonizadora dos imaginários.

Em função do acontecido, das suas consequências nefastas e da pouca repercussão social que o fato teve na cidade, logo surgiram manifestações na forma de intervenções (Figura 1) realizadas na referida estátua, o que fez com que os moradores do centro da cidade, principalmente, externassem a sua indignação.



Figura 1: Intervenção na estátua de João Simões Lopes Neto, Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas – RS. Fotografia, 2020.

O acontecido em Pelotas coloca o monumento público na conjuntura de um país que podemos classificar como memoricida, por prezar o esquecimento, em meio a uma história escrita entre escombros e esquecimentos. Isso é fruto de políticas de amnésia, que reverberam na vida social e seguem produzindo silenciamentos e mortes, simbólicas ou reais:

A moral burguesa que um dia ditou o que era arte, hoje dita o que é liberdade. A liberdade é ressignificada pela burguesia. Agora, o sujeito não mais nasce livre como em Atenas, é preciso que ele conquiste sua liberdade na medida em que conquiste posses. (NASCIMENTO, 2005, p. 32).

Embora o direito à cidade em tese seja para todos, ainda há muita segregação nos espaços urbanos contemporâneos, fazendo com que determinados membros da elite se sintam incomodados com a presença de periféricos nas áreas consideradas ‘nobres’ das cidades. Devemos, portanto, levar em conta que tal hábito, perpetuado pelas classes sociais mais abastadas, advém de determinadas narrativas coloniais hegemônicas que gradativamente perdem o sentido na contemporaneidade, embora ainda corroborem para uma constante higienização desses espaços:

Mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação. O caso-limite, o último resultado é o gueto. Observemos que há vários guetos: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais e operários. A seu modo, os bairros residenciais são guetos; as pessoas de alta posição, devido às rendas ou ao poder, vêm a se isolar em guetos da riqueza. (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

É importante a compreensão de que a cidade é formada por inúmeros discursos e olhares que se justapõem, compõem e contradizem (PESAVENTO, 2002). Nesse sentido, a arte/escritas urbanas atuam assim como discursos divergentes que ganham visibilidade através de marcas realizadas nos espaços, como fios que tramam uma história mais complexa dos espaços, numa demonstração de que a periferia também é parte integrante e pulsante das cidades, inclusive, da de Pelotas. Essas verdadeiras “feridas” expostas, muitas vezes infringidas a patrimônios históricos, são (re)ações legítimas à exclusão silenciadora.



4. CONCLUSÕES

Sabemos que atualmente o debate acerca dos monumentos vem sendo amplamente difundido, portanto, a reflexão sobre os monumentos e sua inserção no espaço urbano se faz necessária, visto que eles compõem e alimentam discursos e olhares sobre a própria história dos lugares. Todo o espaço público é um espaço político, e as estátuas públicas (algumas monumentais) são ressignificadas, inclusive, em função das narrativas oficiais e suas afirmativas, na perspectiva de valores coloniais.

Além disso, é preciso dar espaço as outras narrativas e não somente as hegemônicas, tidas muitas vezes como um projeto universal, fechado em seus determinismos e verdades absolutas. Tais questões estão sendo pensadas e amplamente discutidas no viés das teorias de coloniais, na busca de promover e ampliar os debates, assumindo a complexidade implícita numa convivência pública plural e suas consequentes problemáticas (COSTA; GROSFOGUEL, 2016).

Acreditamos que não é mais possível desconsiderar os monumentos no âmbito das disputas políticas e de narrativas, sem analisar as motivações históricas e as suas lógicas de poder e dominação. E nesse contexto as escritas urbanas surgem como gritos de alerta e revolta sobre memórias/vidas desconsideradas/suprimidas sistematicamente ao longo do tempo. O silenciamento sobre memórias ignoradas, a convivência e convivência tranquila de parte da população com essa realidade, pode acarretar a não identificação comunitária com a cidade, ocasionando a alienação do domínio do espaço público e a ruptura com os vínculos de pertencimento. Sendo assim, acreditamos que se faz necessária uma mudança de atitude frente aos monumentos que seguem contando uma história escrita pelas mãos de uma elite que ainda decide quem tem direito à cidade, quem é verdadeiramente cidadão.

Percebemos a urgência de dialogar nas escolas sobre o cotidiano já banalizado pela sociedade, de forma com que os escolares tenham mais atenção para o espaço em que ele habita, que esse saiba os seus direitos e deveres para com a cidade e que dessa forma possa se sentir cidadão do direito de ir e vir pela cidade em que mora. Sendo assim, é importante fazer com que os alunos percebam através da vivência e do olhar atento para com o cotidiano, olhando sem pressa, de forma que se possa capturar tudo que a cidade lhe comunique visualmente. As aprendizagens possibilitam, em todos os sentidos, inúmeras interpretações de absolutamente tudo que paramos para observar. Entretanto, no espaço da arte/educação, desenvolver a criticidade através do sensível é o passo chave para uma compreensão do mundo e, assim, é possível construir novas relações com o urbano, mudando comportamentos e estimulando a criação como meio para as transformações e reivindicações de direitos.

“Quando está em pauta o saber sensível apreendido pelos corpos em situação no mundo, a estesia que nos orienta ao longo da existência, inevitavelmente o fenômeno artístico deve vir à baila – não nos esqueçamos que estesia e estética originam-se da mesma palavra grega. Ou seja: através da arte que o ser humano simboliza mais de perto o seu encontro primeiro, sensível, com o mundo. Situando-se a meio caminho entre a vida vivida e a abstração conceitual, as formas artísticas visam a significar esse nosso contato carnal com a realidade, e a sua apreensão opera-se bem mais através de nossa sensibilidade do que via intelecto.” (DUARTE JUNIOR, 2000, p. 25).

O mundo contemporâneo precisa ser entendido de uma forma mais sensível e crítica, de modo que possamos no espaço educativo dialogar a partir de nossas vivências, das nossas possibilidades de compreensão, pois percebe-se que as pessoas estão banalizando o que é cotidiano e simples como o ato de despejo de famílias.

5. REFERENCIAS

COSTA, Joaze Bernardino; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado. v. 31, n. 1. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2016. p. 15-24.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro. 2001.

NASCIMENTO, Luiz H. P. **PIXAÇÃO: a Arte em cima do Muro**. Cachoeira do Sul, RS: Ed. Monstro dos Mares, 2015.

PATATT, Caroline. **Estátua em homenagem a Simões Lopes Neto é inaugurada em Pelotas**. Caderno CULTURA do site GOV RS Novas Façanhas. Internet. 16/12/2016. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/estatua-em-homenagem-a-simoes-lopes-neto-e-inaugurada-em-pelotas>



PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade - Visões literárias do urbano:** Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

DUARTE JÚNIOR, J. F. D. **O sentido dos sentidos: A Educação (do) Sensível.** 2000. 233 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pedagogia, Departamento de Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Acesso em 29 de set. 2019.